
A educomunicação como ferramenta para discutir direitos humanos na escola¹

Fernanda Maia Almeida Bezerra²

Andrea Pinheiro Paiva Cavallante³

Cátia Luiza Oliveira da Silva⁴

Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O trabalho aqui presente explana conceitos como educomunicação, direitos humanos, educação, dentre outros. O objetivo principal é fazer uma reflexão sobre como a educomunicação pode ser uma ferramenta para discutir direitos humanos na escola através da experiência que a turma de 2016.2 teve na cadeira de Educomunicação do curso de Sistema e Mídias Digitais da Universidade Federal do Ceará ao realizar oficinas na Escola de Ensino Médio Padre Rodolfo Ferreira da Cunha, em Trairi no Ceará, nos dias 5 e 7 de outubro. O principal foco será a fotonovela “Preconceito” que aborda *bullying* na escola e racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos; Educomunicação; Escola

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir como a educomunicação pode ser uma ferramenta para a discussão de direitos humanos na escola a partir da experiência que a turma de 2016.2 da cadeira de Educomunicação da Universidade Federal do Ceará teve ao realizar oficinas com alunos da Escola de Ensino Médio Padre Rodolfo Ferreira da Cunha, no distrito de Canaã.

Entendendo o contexto em que estamos inseridos, de grandes retiradas de direitos e de uma ascensão de ideais conservadores na sociedade, é fundamental que a escola seja um espaço onde o pensamento crítico tenha condições de ser desenvolvido. É também possível perceber como no ambiente escolar existem relações de poder e que o espaço de ensino deve ter a potência de fazer aflorar nos estudantes a curiosidade necessária para superar modelos de relação hierárquicos impostos pela sociedade. Sobre isso, Paulo Freire (1996) afirma:

Como manifestação presente à experiência vital, a curiosidade humana

¹ XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017

² Graduanda do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Ceará, email: ferdamaiab@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Sistemas e Mídias Digitais da UFC, email: andrea@virtual.ufc.br

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Sistemas e Mídias Digitais da UFC, email: catia@virtual.ufc.br

vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionalismos” decorrentes ou produzidos por certo excesso de “racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologicado. E não vai nesta consideração de quem, de um lado, não diviniza a tecnologia, mas de outro a diaboliza. De quem a olha ou mesmo a espreita de forma criticamente curiosa. (Freire, 1996: 15)

A educomunicação teria então o papel, dentre os vários outros que ela pode apresentar, de fomentar o debate sobre direitos humanos e proporcionar aos estudantes a autonomia necessária para discutir as realidades que vivem na escola, para além dos conteúdos ensinados na sala de aula. O uso de tecnologia pode ser uma das formas de se executar isso, além de ser uma nova didática de ensino que pode ser mais prazerosa para os estudantes, a introdução de tecnologias e mídias nas salas de aulas pode fazer com que os estudantes consigam fortalecer uma visão crítica de discursos midiáticos aos quais são apresentados todos os dias através de jornais, rádio, televisão etc (JACQUINOT, 1998).

As professoras Cátia Silva e Andrea Pinheiro entendendo a necessidade da discussão acadêmica sair dos muros da universidade, propuseram uma aula de campo na qual os estudantes pudessem ter a experiência de ofertar oficinas educacionais e experimentar na prática a troca de saberes.

As aulas de campo proporcionam reflexão, espaços de pesquisa e também de intervenção social na medida em que os estudantes se preparam e em função de conhecimentos construídos coletivamente no decorrer das aulas, compartilham seus saberes com os grupos das instituições visitadas. (CAVALCANTE, SILVA, 2015, p. 10)

Após várias aulas lendo textos sobre educomunicação e planejando os detalhes da oficina, no dia 8 de outubro viajamos para Flecheiras, onde fomos recepcionados pelo professor Célio Alves Ribeiro. A escolha da instituição para a realização das oficinas não foi aleatória, já que o professor Célio também desenvolve métodos educacionais na escola.

O QUE É EDUCOMUNICAÇÃO

Para uma melhor análise dos métodos educacionais e como eles podem ser benéficos se utilizados nas escolas, é necessário que primeiro se entenda o que é a

educomunicação. Segundo Roberto Aparici (2011) a educomunicação implica a inter-relação de dois campos de estudo: a educação e a comunicação. Pode ser definida também como recepção crítica da mídia, educação para a comunicação, didática dos meios audiovisuais etc.

É essencial ressaltar que os movimentos educocomunicativos mais significativos na América Latina têm como base os princípios pedagógicos de Paulo Freire. O campo tem uma filosofia que une conceitos da educação e da comunicação, criando uma interdisciplinaridade entre as duas áreas.

Vê-se assim que a busca do conhecimento que se reduz à pura relação sujeito cognoscente-objeto cognoscível, rompendo a “estrutura dialógica” do conhecimento, está equivocada, por maior que seja sua tradição. Equivocada também está a concepção segundo a qual o fazer educativo é um ato de transmissão ou de extensão sistemática de um saber. A educação, pelo contrário, em lugar de ser esta transferência do saber – que o torna quase “morto” –, é situação gnosiológica em seu sentido mais amplo. Por isso é que a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 2002, p. 47)

O diálogo é essencial na concepção pedagógica de Freire, sem ele seria impossível constituir o aprendizado. Segundo o autor (1973), não há sujeitos passivos no processo de comunicação, todos são capazes de contribuir, mesmo que estejam no papel de educando e não de educador.

Contextualizando globalmente o desenvolvimento do conceito de educomunicação, Aparici (2011) afirma que em outros países também surgiram articulações de movimentos que buscavam discutir a análise, o estudo e as práticas dos meios de comunicação no ensino primário e secundário. Com a publicação de *A educação em matéria de comunicação* pela UNESCO em 1984 a educomunicação se institucionalizou mundialmente.

Com relações cada vez menos hierárquicas no meio da comunicação e da educação, é aí que surge a educomunicação, campo esse que procura não só educar para a mídia, mas utilizar as novas tecnologias comunicativas para construir o conhecimento. Outro objetivo desse campo é que o conhecimento seja mais próximo da realidade do

estudante, onde a práxis e a teoria não estejam tão distantes.

Segundo Carmo e Sousa (2012):

Descortina-se a Educomunicação como um campo de pesquisa e um método que envolve a utilização dos meios de comunicação como um instrumento para promover as práticas de leitura e o intercâmbio dos leitores, evidenciando e fortalecendo o desenvolvimento educacional, e possui como alvo uma geração que convive com a crescente expansão das novas tecnologias.

Podemos observar outro que com surgimento da web 2.0 a dinâmica de uso das tecnologias mudou bastante, porque estas se tornaram mais acessíveis. Com o uso mais rotineiro das tecnologias podemos perceber que as posições de receptor e emissor ficaram mais fluidas. Henry Jenkins (2008) fala do termo *prosumer*, que resulta da junção das palavras *consumer* e *producer*, para fundamentar que a interação e o poder de influência do consumidor hoje está cada vez maior.

AS OFICINAS

A turma de 2016.2 da disciplina de Educomunicação do curso de Sistemas e Mídias Digitais da Universidade Federal do Ceará preparou várias oficinas para serem ofertadas na escola em Trairi, como de vídeo, rádio, fanzine, entre outras. Aqui será analisada com maiores detalhes a oficina de fotonovela.

A equipe, ao preparar o conteúdo a ser apresentado, achou pertinente começar a discussão pautando o direito à comunicação, visto que é um assunto que possui muita afinidade com o campo da educomunicação e constrói uma conexão com o propósito prático da atividade. Consta na Seção VII do Estatuto da Juventude⁵ o artigo 26 que diz “O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.”

Citando o Estatuto da Juventude e abrindo o debate sobre direito à comunicação, questionamos os estudantes se estes se sentiam representados pelas mídias locais, se achavam que o jornal local retratava os problemas que a cidade passava de forma realista, se viam pessoas semelhantes em características físicas e comportamento ao seus colegas

⁵ Disponível em: <<http://juventude.gov.br/estatuto/comunicacao-e-a-liberdade-de-expressao#.WJE1oBkrLIU>> Acesso em 29 de janeiro 2017.

e conhecidos no entretenimento que consumiam, entre outras questões. As respostas foram diversas e fizeram nos seguir conversando sobre o tema. Logo após, a parte mais teórica da oficina foi apresentada. Conceitos como enquadramento, narrativa e edição de imagens foram explorados para que os alunos pudessem pôr em prática o que havia sido dialogado.

Em todos os momentos foi estabelecido um diálogo entre os ministrantes da oficina e os alunos da escola. Logo no começo da atividade foi deixado claro que qualquer pessoa poderia falar a vontade, tirar dúvidas ou fazer qualquer outro tipo de intervenção. Provavelmente por estarem acostumados com um modelo mais hierárquico de construir conhecimento ou porque não se sentiram à vontade, os alunos estavam bastante tímidos e foi preciso que a equipe motivasse-os através de perguntas para que eles interagissem.

Foram dois dias de oficinas e muitos foram as temáticas escolhidas pelos estudantes, que incentivados pela conversa anterior, escolheram temas que abordassem problemáticas que eles vivenciavam na escola e na sociedade como um todo. Futebol e drogas, O valor da mulher e Preconceito são os títulos das fotonovelas produzidas, todas evidenciando assuntos que eles sentiam que precisavam ser discutidos e que talvez não tivessem tanto espaço na mídia tradicional.

DIREITOS HUMANOS E RACISMO NA ESCOLA

Para nos debruçarmos sobre os produtos das oficinas, em especial sobre a fotonovela “Preconceito”, que discute *bullying* e racismo na escola, é relevante que seja esclarecido aqui o conceito de direitos humanos e a importância dele. Além disso, discutir como se dá a reprodução do racismo na escola também é pertinente, visto que esse é o tema central da fotonovela produzida pelos estudantes.

Não existe um conceito fechado e aceito por todos do que são os direitos humanos, é, inclusive, um conceito disputado a partir de várias concepções.

Magri (2012) faz um apanhado histórico do surgimento do termo e do conceito de direitos humanos, de acordo com o autor o século XX é um marco histórico do início dos debates sobre direitos humanos e é a partir da Segunda Guerra Mundial que se iniciam as lutas explicitamente pela efetivação dos DH. Inúmeras organizações internacionais surgiram para promover cooperação internacional em torno do conceito. A Carta das Nações Unidas foi formulada por uma dessas organizações com o objetivo de exigir que

todos os países que participassem reconhecessem os DH como obrigação. Em 1945 surge a ONU, que tem como principal objetivo promover a paz e a segurança após a Segunda Guerra Mundial, e a partir disso vários países passaram a incorporar a defesa dos DH em suas agendas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, traz a compreensão dos DH como inalienáveis, universais e indivisíveis. O desafio a partir de então é como garantir que estes direitos sejam efetivados.

Uma das formas mais eficientes de promover os direitos humanos é através da educação. Se esta possuir o objetivo de não apenas repassar conteúdos para os estudantes, mas de construir um pensamento crítico e, numa relação horizontal entre educadores e educandos, fazer florescer o conhecimento, ela é, então, grande aliada na formação de um mundo mais humano, onde as relações entre os sujeitos sejam mais respeitadas.

Partindo da premissa da educação como ação humana, como ação libertadora e transformadora da realidade opressora, temos nela um instrumento fundamental no sentido de refletir sobre os DH. Primeiramente destaca-se que a educação é um direito humano e que, portanto, todos têm direito a ela, mas além de ser um direito, ela possui o importante papel de educar com, para e em DH, na medida em que compreendemos a educação como ação humana, a partir dos princípios da justiça, dialógicos, estabelecendo relações de horizontalidade nos envolvidos no processo. (MAGRI, 2012, p.4)

Contraditoriamente, é também no campo da educação que podemos observar muitas vezes a reprodução de preconceitos. Dentro da instituição escola várias opressões se reproduzem, o que torna o ambiente escolar hostil para grupos historicamente marginalizados na sociedade.

Segundo Trindade (1994), uma das formas sutis de propagação do racismo na escola é através do ensino de conteúdos tidos como “saberes universais”, sem que perceba-se que esse universal é, em sua grande parte, o saber dominante e de raiz cultural do “colonizador”. Os professores, mesmo os mais progressistas, ainda reproduzem uma visão do mundo eurocêntrica e a transmitem para seus estudantes na forma da grade escolar determinada, dos autores que se escolhe para estudar etc.

Não precisamos de grandes pesquisas, ou elaboradíssimas reflexões para perceber a dimensão populacional do nosso planeta e mais especificamente do Brasil, para assim, diante da diversidade que os atravessa, começar a problematizar, questionar esses saber universal/construído e acumulado pela humanidade. De que humano se fala? Que saber é esse? Construído e acumulado como? Os diversos povos que compõem esse país são contemplados por esse saber? Ora,

sabemos que esse saber universal tem cor, cultura, modelo socioeconômico - e nessa armadilha do CMI - Capitalismo Mundial Integrado - caíram todos - na armadilha do eurocentrismo e do racismo. Enquanto isso, a educação, através dos seus conteúdos, longe de eliminar preconceitos e estereótipos de cor, raça, gênero, cultura, ... os reforça e legitima. (TRINDADE,1994: p. 76)

Essa é apenas uma das formas que o racismo se faz presente na escola, outras manifestações deste podem ser percebidas.

De acordo com os dados mais recentes, de 2014, da Pnad⁶ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) sobre crianças e jovens matriculados na escola, há um total de 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola, o que equivale a 16% dessa faixa etária. Analisando ainda os dados dessa mesma pesquisa, é perceptível um perfil de jovem mais propenso à evasão precoce da escola: negros.

Dentro da população total (dentro ou fora da escola) de jovens na faixa de idade supracitada, 14% dos homens e 12% das mulheres não estudavam e não haviam completado o Ensino Médio e essas proporções aumentam quando se trata da juventude negra (16%).

Segundo os dados do relatório “Crianças Fora da Escola 2012”⁷, realizado pela Unicef, mais de um milhão de crianças e adolescentes, entre 6 e 14 anos, estão trabalhando no Brasil e 64,78% dessas são negras. Sendo o trabalho infantil uma das maiores causas do abandono escolar nessa faixa de idade, é preocupante que, de acordo com dados de 2013, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 93% das crianças e dos adolescentes envolvidos em trabalho doméstico no país são meninas negras.

Outros dados alarmantes que merecem ser citados nesse tópico são os colhidos pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Senado sobre o Assassinato de Jovens⁸, realizada em 2016, que revelam que a cada 23 minutos morre um jovem negro de 15 a 29 anos no Brasil, somatizando um total de 23.100 mortes por ano. Como base para a CPI foram usados os números do Mapa da Violência, realizado há quase uma década pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz a partir de dados oficiais do Sistema de Informações

⁶ Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5/>> Acesso em 30 de janeiro 2017.

⁷ Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/noticias/crianca-adolescente/4808/o-que-afasta-as-criancas-e-adolescentes-negros-da-escola>> Acesso em 30 de janeiro 2017.

⁸ Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>>. Acesso em 30 de janeiro 2017.

de Mortalidade do Ministério da Saúde.

Fica evidente, então, que se a educação brasileira se pretende democrática, questões como raça, classe e gênero não podem ser ignoradas dentro do ambiente escolar. À luz da reflexão feita sobre direitos humanos e do papel do Estado de assegurar e promovê-los, é urgente que se pense numa educação mais inclusiva e convidativa para jovens pertencentes a grupos socialmente marginalizados. A educomunicação mostra-se, então, uma ferramenta para a construção de um ensino mais humano e socialmente responsável.

ANÁLISE DA FOTONOVELA “PRECONCEITO”

Como já foi citado acima, a análise será focada na fotonovela “Preconceito”, produzida no segundo dia de oficina pelos estudantes Genesio e Manoela.

Ao pensarem num tema para a produção da fotonovela, a equipe que estava ministrando a oficina sugeriu que os estudantes abordassem uma problemática que os incomodasse na escola. Manoela começou a relatar um fato tido como corriqueiro na escola, que eram as brigas de bola de papel que aconteciam entre alguns estudantes. Ao receberem um material didático preparatório para o Enem, alguns alunos faziam bolas de papéis com ele e jogavam em terceiros, um dos alvos desses ataques era Genesio, que também estava presente na oficina. Ao conversar mais sobre a “brincadeira”, percebemos que o assunto era mais sério, visto que o preconceito racial era uma das motivações na escolha dos alvos. Começamos então a conversar sobre racismo na escola e os estudantes comentaram que os ataques não se limitavam às bolas de papel, Genesio também era chamado de “neguinho” e outros nomes pejorativos pelos colegas. Foi decidido então que a fotonovela retrataria essa situação recorrente na rotina da escola e apresentaríamos, ao fim da narrativa, uma solução.

Partimos para a parte prática, estimulando os estudantes a liderarem o processo e pensarem na ordem da narrativa, como eles queriam que a história fosse contada, quem seriam os atores, em como eles queriam as fotos, que legendas seriam colocadas.

Apesar da temática séria sendo abordada, deu para perceber que aquele estava sendo um momento lúdico para todos, onde estávamos tendo a oportunidade de construir algo juntos e fora da sala de aula e nem por isso menos importante.



Um dos frames da fotonovela “Preconceito”

Ao final da tarde, quando todas as oficinas haviam sido finalizadas, nos reunimos para mostrar os produtos de cada uma e contar um pouco sobre a experiência. Vários temas foram tratados nas outras oficinas, como homofobia, intolerância religiosa, o papel da mulher na sociedade etc.

Ao chegar o momento de apresentar a fotonovela, Manoela, que estava bem mais disposta a falar que Genesio, ela falou não só do produto desenvolvido, mas conversou abertamente sobre os problemas enfrentados na escola. Além do racismo que o amigo dela sofria, ela nos contou também dos casos de gravidez na adolescência e homofobia que faziam que muitos estudantes abandonassem o ambiente escolar. Segundo ela, nenhuma postura mais firme e propositiva era tomada pelos professores da escola diante desse quadro. Outro ponto que a Manoela tocou foi a falta de perspectiva que a maioria dos alunos da escola tinha, poucos achavam que poderiam um dia entrar para o ensino superior.

CONCLUSÕES FINAIS

Diante de tudo que vivenciamos durante os dois dias de oficina na escola e através da convivência com os estudantes da instituição, fica claro que uma grade escolar que limita as aulas a conteúdos pragmáticos, transmitidos de forma vertical de professor para

aluno, não abarca todas as experiências necessárias para uma educação transformadora, acolhedora e mais humana, capaz de dar autonomia para os estudantes desenvolverem um pensamento crítico.

Assuntos como racismo, homofobia, uso de drogas, gravidez na adolescência, machismo, entre tantos outros, são latentes no ambiente escolar. Ignorá-los é anular a vivência daqueles estudantes que estão diariamente sofrendo as consequências de uma sociedade que não pauta suas necessidades.

A experiência que a educomunicação, de aliar o uso das tecnologias para pensar e produzir conhecimento de uma forma mais horizontal e democrática, é importante para garantir à juventude seu direito à comunicação, que está previsto por lei. Fornecer ferramentas para que os estudantes possam se expressar das mais variadas formas, pelos canais que eles escolherem, e não só serem sujeitos passivos no processo de comunicação, é promover a garantia de direitos humanos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSISSIO MAGRI, Cledir. A Educação em, com e para os Direitos Humanos a partir de Paulo Freire. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/textos/magri_edh_com_para_dh_paulo_freire.pdf>. Acesso em 30 de janeiro 2017.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JACQUINOT, Geneviève. O que é um educador. São Paulo: USP, 1998

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2008..

LORETTO DA TRINDADE, Azoilda. O racismo no cotidiano escolar. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8948/000304120.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 de janeiro 2017.

OLIVEIRA SOARES, Ismar de. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

PINHEIRO PAIVA CAVALCANTE, Andrea e LUZIA OLIVEIRA DA SILVA, Cátia. Aulas de campo e as práticas educacionais: a sala de aula encontra a realidade. Disponível em: <>. Acesso em: 29 de janeiro 2017.

RABELO DO CARMO, Juliana e SILVA SOUSA, Leonardo. EDUCOMUNICAÇÃO: um novo olhar sobre os meios de comunicação. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/viewFile/2106/1306>> . Acesso em 29 de janeiro 2017.